

CÂMARA LEGISLATIVA DO DF
Biblioteca

DF
VI

L • E • T • R • A • S



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Ano II nº 14

SUPLEMENTO CULTURAL
Brasília, 21 de abril de 1995



35 anos

Brasília,
a nossa
esperança

□ Editor Chico Nóbrega

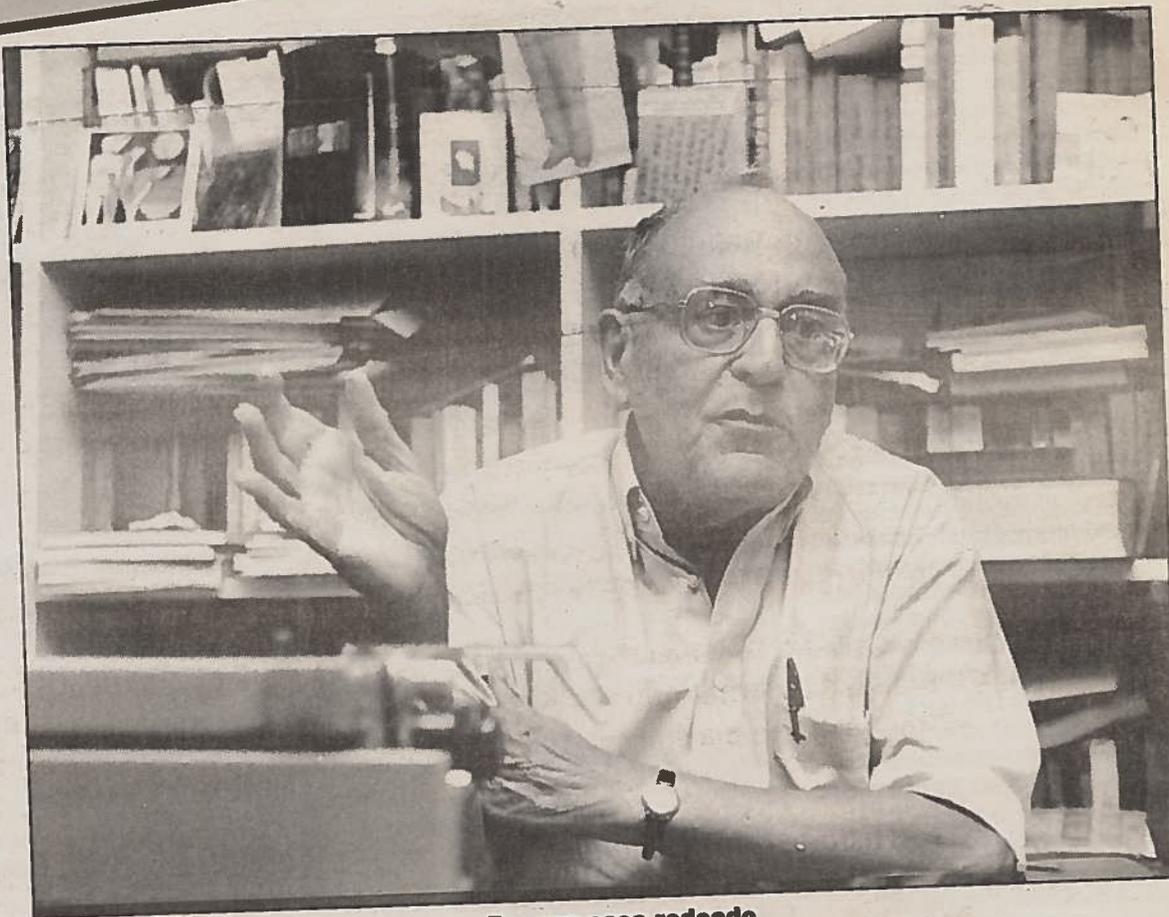
Quando a editoria do DF-Letras se reuniu para definir a escolha da personagem literária para a nossa 14ª edição a indicação proposta teve acolhida imediata. O nome do crítico literário (hoje profissão em rápida extinção), poeta e professor do Departamento de Letras da universidade de Brasília (UnB), Cassiano Nunes, passou fácil.

Ceube a mim mais uma vez fazer a entrevista da nossa personagem literária. Fomos eu e o fotógrafo Fábio Rivas à casa do professor Cassiano Nunes. Antes mesmo de iniciarmos a entrevista o professor Cassiano fez uma defesa apaixonada do DF-Letras, não só por ser nosso colaborador assíduo, mas por considerar esse tipo de veículo voltado para a literatura uma raridade hoje em nosso país.

Completando neste ano 50 anos de crítica literária, Cassiano Nunes acompanhou de perto a explosão cultural que o Brasil viveu entre os anos 20 e 50, tanto na literatura como no teatro e no cinema. Entre as tantas histórias que nos foram contadas destacamos a sua descoberta de que era um poeta só aos 40 anos de idade, em plena idade do lobo. Entretanto, isso não impediu que ele saísse pelos corredores da faculdade onde lecionava gritando - eu sou poeta, e sou poeta...

A sua vinda para Brasília se fez pelas mãos de ninguém, menos do que Carlos Drummond de Andrade, amigo do poeta *Ciro dos Anjos* que nos idos de 1966, logo após os conturbados anos de chumbo vividos pelos intelectuais, 1964 na Universidade de Brasília, era o responsável pelo Departamento de Letras daquela instituição. Cassiano adora Brasília e o fato dela não ter esquinas não altera em nada a sua relação com a cidade.

Literalmente envolvidos por livros (a sua casa tem todas as paredes tomadas por prateleiras recheadas de livros, revistas e jornais) levamos adiante a nossa entrevista que por lapso de memória não foi acompanhada pelo vinho do Porto prometido pelo entrevistado. Entretanto, ao final foi plenamente remediado pelo dono da casa com o presente de uma garrafa de vinho alemão ao editor do DF-Letras. Ah! nada como os poetas para viver a vida... ou a boa vida.



Em sua casa rodeado de livros, Cassiano começa a escrever as suas memórias

O Poeta Candango

Cassiano Nunes - Eu sou um defensor do DF-Letras não só pelo fato de colaborar com ele. Eu o defendo justamente pela decadência das páginas literárias brasileiras.

DF-Letras - A que o senhor atribui essa decadência?

CN - Isso é decorência do modelo internacional, estrangeiro, anglo-americano. O que eu não dou grande importância à imprensa de Londres. Ela ficou meses preocupada em cheirar as cuecas e as calcinhas dos príncipes. Isso é modelo? Fala-se muito no Brasil e às vezes as pessoas se gabam, inclusive gente do Governo, afirmando que isso é tão bom quanto nos Estados Unidos ou isso é melhor do mundo. A minha conclusão quando ouço este tipo de coisas é que então deve ser pessimista. Não sendo nós o melhor do mundo, aquilo que é considerado o melhor do mundo não corresponde a nossa realidade. Nós temos que ter o

melhor mas, que corresponda às nossas circunstâncias.

DF-Letras - Tem muita gente que acha que a poesia é coisa que cheira ao passado ou mesmo coisa de velho. O que o poeta Cassiano tem a dizer?

CN - Lembrem aqueles versos do Juca Pirama, do Gonçalves Dias, o velho Pagé contando a história do poema, do velho e do filho que andavam pelos caminhos, do filho que se fez de covarde para salvar o pai, e ele dizia - **meninos eu vi!** Olha, ser velho pode ter muitos defeitos e tem, mas a gente já viu as coisas. Pode comparar objetivamente coisas que a gente sabe. Hoje, os jovens dizem que todos os velhos são saudosistas, acham que no tempo deles as coisas eram melhores. Não é o meu caso. Eu sou uma pessoa crítica. O passado não era melhor em muitos aspectos, em absoluto era péssimo. Eu via as mulheres no Brasil vivendo quase

que enclausuradas como a mulher árabe. O Banco do Brasil não aceitava mulheres. O único trabalho que as mulheres faziam quando eu era menino era o magistério, professoras de grupo escolar.

Inclusive criou-se um tipo que Monteiro Lobato celebrou num conto, "Marido de professora", um malandro que casava com professora, como hoje aqui em Brasília a gente vê casos de pessoas de origem muito humilde que se casam com as chefes de repartições públicas. Era um escândalo naquela época. C fato de mocinhas irem estudar para professoras era visto com uma certa malícia.

DF-Letras - Por que os jornais hoje relegam cultura em suas páginas?

CN - Nós falávamos sobre imprensa. O próprio Nelson Rodrigues faz a crítica desse modelo, um gênio da caricatura, falando dos idiotas e objetividade. Hoje em dia como a imprensa está orga-

CASSIANO

Fábio Rivas

zada, se um tufão passou sobre Brasília eu acho que não vai sair nada nos jornais, sabe por que? Porque não existe coluna para tufões.

A vida é cheia de imprevistos. Eles não têm sensibilidade. Não têm abertura. Eu acho que isso tem a ver com o imperialismo cultural, sobretudo com a ajuda da televisão que nos impôs um estilo de vida, sobretudo para a nossa juventude, que não tem nada haver com a nossa realidade. É claro que sempre a juventude e a sociedade no Brasil receberão as influências externas e eu não sou xenófobo. Outro dia li que em Brasília existem 250 grupos de rock e deve haver muito mais porque cada vez estão aparecendo. O que é mais estranho é que a imprensa deveria ter uma função crítica, de elevação de padrões de cultura, de inteligência e de consciência. Há um gasto exagerado de espaço com essa exaltação do rock.

DF-Letras - Como aconteceu o seu fazer Poesias?

CN — Comecei menino. Aos 16 anos comecei a publicar prosas nos jornais. Eu colaborei com jornais por mais de 50 anos, principalmente na Tribuna de Santos. E com a melhor revista literária do país, a Revista do Brasil, na primeira fase sob a direção de Monteiro Lobato até 1925, a segunda com Rodrigo Melo Franco Andrade, um grande homem do Serviço do Patrimônio Histórico e a terceira com Aurélio Buarque e Otávio Tarquínio de Souza. Aparece um jovem com uma poesia genial "Balada do Mangue", sobre as prostitutas do mangue, no Rio de Janeiro, era Vinicius de Moraes. Uma de minhas poesias foi publicada na revista do lado da de Vinicius e teve comentários de Otávio Tarquínio. Eu não era ninguém no Rio de Janeiro para Otávio Tarquínio de Souza expressar as suas impressões. Isso ocorreria hoje? Mesmo eu com 50 anos de crítica literária não seria publicado. Se eu mandar alguma coisa para publicar no Estado de S. Paulo dificilmente sairá. A crítica literária desapareceu dos jornais.

DF-Letras - Então desde o início a poesia conviveu com a prosa e a crítica literária?

CN - Não. Logo depois eu parei de fazer poesias. Fiquei na crítica literária e na prosa. O meu retorno à poesia foi até engraçado. Depois de trabalhar por longo tempo na Editora Saraiva eu recebi um convite para lecionar literatura americana em uma faculdade no município paulista de Assis. Neste ambiente interiorano, bucólico longe dos familiares e aos 40 anos



Como os jornais estão organizados hoje, se passasse um tufão sobre Brasília não seria noticiado por que não existe coluna de tufões

é que a poesia brotou de vez. Depois de mostrar alguns trabalhos meus para colegas da faculdade, evidentemente omitindo a autoria, fiquei surpreso com as críticas e a acolhida positiva dos trabalhos. Na oportunidade sai gritando pelos corredores da escola - sou poeta, sou poeta...

DF-Letras - Hoje há mais ou menos poetas?

CN - Temos que reconhecer que a poesia moderna como a cultura de um modo em geral no país viveu o seu apogeu entre os anos 20 e 50. Poetas, cronistas, prosistas e dramaturgos floresceram nesse período. Os jornais até publicavam poesias. Hoje isso é impossível. Depois dos anos 50 a poesia perdeu um pouco da sua essência. O movimento concretista de Augusto e Haroldo de Campos e mais o Décio Pignatari, fez com que a poesia se utilizasse muito de

recursos e símbolos visuais. Com isso a poesia passou a conviver somente nos chamados círculos intelectuais e acadêmicos.

Agora parece-me que a poesia retomou a sua verdadeira essência. Ela está de volta principalmente através das mulheres. Elas são mais sensíveis e sentimentais. Entretanto, não surgiu ainda nenhuma Cecília Meireles, infelizmente.

DF-Letras - Professor Cassiano Nunes, quando Brasília entrou definitivamente em sua vida?

CN - Depois da temporada no interior paulista eu voltei ao Rio de Janeiro. Tinha deixado a Editora Saraiva, também para trás. Foi quando num encontro casual no aeroporto do Rio com o grande poeta Carlos Drummond de Andrade, lhe disse que estava

de volta à cidade e precisava de alguma coisa.

Ele naquele jeito mineiro, muito trancado, mas com um grande coração por dentro, ficou de ver se arranjava alguma coisa. Uns quinze dias depois recebi uma correspondência de Drummond dizendo que era para que eu me apresentasse à Universidade de Brasília, no Departamento de Letras.

Era 1966 e eu sabia da crise política que tinha acontecido na UnB em 1964 e a questão toda envolvendo os professores. Quem estava dirigindo o Departamento de Letras era o poeta Ciro de Anjos, grande amigo de Drummond, daí que veio a indicação do meu nome. Graças a Drummond eu vim para Brasília, pouca gente sabe disso.

DF-Letras - Quais são os seus planos para o futuro?

CN - Estou me preparando para lançar brevemente uma publicação completa dos estudos sobre Monteiro Lobato com base em documentos inéditos. São estudos preciosos sobre a vida desse nosso grande escritor que eu admiro muito. Outro projeto que eu estou levando adiante é a publicação que trata das minhas memórias.

Como eu vivi entre as décadas de 40 e 50 em São Paulo, onde houve uma vida literária muito intensa, da mesma forma com o teatro quando pude conviver entre os grandes nomes do teatro de Arena, TBC, teatro Oficina, além do cinema, quero registrar essas passagens da minha vida. Eu estou escrevendo as

memórias deste tempo, até parodiando Hemming Way, o livro irá se chamar "São Paulo era uma festa".

DF-Letras - Professor, o senhor é mais conhecido como crítico literário e poeta. Mas falando de teatro, por que não se aventurou nesta área?

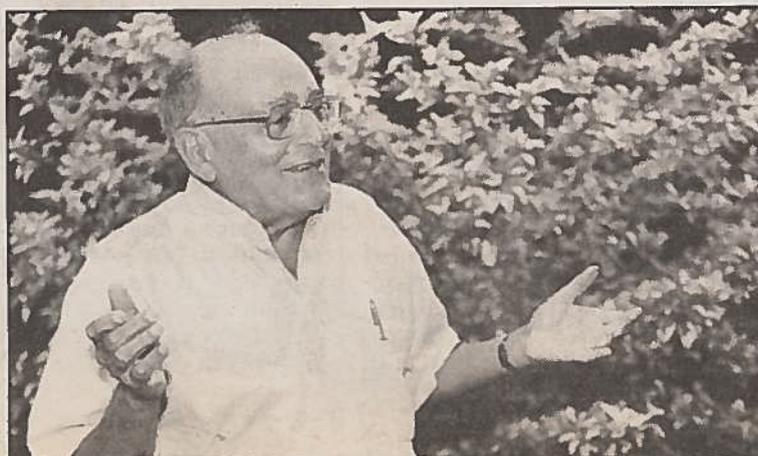
CN - Eu vou lhe confessar uma coisa. O meu maior sonho era ser dramaturgo, mas perdi a chance. Eu ainda andei escrevendo algumas peças, mas na verdade houve de minha parte uma grande frustração por não ter feito mais coisas voltadas para o teatro. Hoje, em Brasília, não tenho mais tempo para nada. O teatro ficou guardado em uma gaveta. Acabei me dedicando à crítica literária. Atualmente eu sou um dos críticos literários que mais faz conferências no País. Tenho viajado muito para dar essas palestras. Inclusive em Brasília. Eu já percorri todas as cidades-satélites falando sobre literatura e a cultura de um modo geral. Desta forma o teatro não teve tempo suficiente para aparecer mais. O meu sonho era ser dramaturgo.

DF-Letras - Que outros projetos estão em andamento no momento?

CN - Eu gosto muito de trabalhar estudando sobre documentos, pesquisando artigos, cartas, etc. Recentemente eu li uma notícia de que a Novacap irá publicar um livro a partir de depoimentos de antigos funcionários que chegaram para construir Brasília. É a história contada por aquelas pessoas que ajudaram a fazer a cidade desde os tempos pioneiros.

Isso me fez lembrar um trabalho que eu fiz e submeti à apreciação da diretoria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Com base em depoimentos de antigos carteiros, telegrafistas e guardafios da ECT, consegui histórias fantásticas a respeito de Brasília e da epopéia de sua construção. Fiz entrevista com o primeiro carteiro que chegou ao Distrito Federal. Ele me disse que chegou aqui embrulhado em um cobertor, isso aqui era um deserto. Essa e outras histórias são a verdadeira história do Brasil, e o que é melhor, contada pelo próprio povo.

Mantive vários contatos com a diretoria da ECT. Fui bastante insistente, no sentido de conseguir a publicação do livro. No começo eles ainda me davam satisfação de como estava andando o pleito. Mas até agora, nem um sinal de interesse a empresa deu. Eu acho isso o fino da ironia porque o Correio não escreve cartas. Continuo aguardando uma cartinha.



Pra que esquinas? Brasília tem o verde de seus jardins que são maravilhosos

A batalha da construção

A 18 de abril de 1956, na cidade de Anápolis, Goiás, o Presidente Juscelino Kubitschek assina mensagem ao Congresso, criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — Novacap —, que deveria receber todos os encargos da construção de Brasília. A mensagem resultou na Lei nº 2.847, aprovada por unanimidade, e sancionada a 19 de setembro de 1956.

Três dias depois, a 22 de setembro, presentes o representante da União e o então Presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, Dr. Ernesto Silva, foi lavrada a ata da constituição da Novacap, que lançou concurso entre engenheiros, arquitetos e urbanistas brasileiro para a apresentação de um Plano-Piloto.

Classificou-se, em primeiro lugar, o projeto apresentado pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, nome já anteriormente consagrado na cátedra e nas atividades de sua profissão. O julgamento do concurso realizou-se no dia 12 de março de 1956, funcionando a seguinte comissão julgadora: William Wolford, inglês; Slamo Papadaki, norte-americano; André Sivo, francês; Horta Barbosa, do Clube de Engenharia; e Paulo Antunes Ribeiro, do Instituto dos Arquitetos do Brasil.



Na indicação da seta, a certeza das dificuldades do começo de Brasília, mas também a esperança por um futuro promissor

Logo após, partiam os primeiros pioneiros para darem início aos trabalhos preliminares da construção da Nova Capital. Não foi sem um misto de descrença e de indiferença que a Nação assistiu à partida. Mas, em breve, todo o País começaria a empregar-se.

Recapitulemos os acontecimentos dessa fase final.

Criada a Novacap pela Lei nº 2.874 — que dá, ainda, o nome de Brasília à futura Capital — é esta constituída com o Capital de 500 milhões de cruzei-

ros, dividido em 500 mil ações de Cr\$ 1.000, cada uma, todas subscritas pela União.

No dia 24 de setembro de 1956 são nomeados pelo Presidente da República, respectivamente, para Presidente e Diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, os Drs. Israel Pinheiro da Silva, Bernardo Sayão Carvalho e Araújo e Ernesto Silva. A 25 de outubro do mesmo ano, eram nomeados o Diretor Iris Meinberg, e o Conselho de Administração, composto pelos Srs. Adroaldo Junqueira Aires,

Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Epilogo de Campos, General Ernesto Dorneles e Oscar Fontoura.

E compuseram o Conselho Fiscal os Srs. Herbert Moses, Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves e Major Mauro Borges Teixeira, cabendo a suplência aos Srs. Temistocles Cavalcanti Correa e Vicente Assumpção. A 2 de outubro de 1956, chegou à Fazenda do Gama o Presidente Juscelino Kubitschek, a bordo de um Douglas da FAB, que desceu na pista construída ao lado do chamado

“Catetinho”, casa de madeira que abrigou o Chefe da Nação nas suas inspeções às obras da Nova Capital, até 30 de junho de 1958, quando se transferiu para o Palácio da Alvorada, residência oficial do Presidente da República.

Foi nessa ocasião que o Sr. Juscelino Kubitschek pronunciou estas palavras de fé profética:

“Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta Alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande Destino.”

O “Catetinho” foi construído em apenas 10 dias por um grupo de amigos de Kubitschek, estando hoje incorporado ao patrimônio histórico e geográfico da União, tendo abrigado, entre outras personalidades, o Presidente de Portugal, Gen. Francisco Higinio Craveiro Lopes.

Em toska mesa de madeira, em campo aberto, a 2 de outubro, o Presidente da República assina o primeiro ato oficial em Brasília: a nomeação do Sr. Mário Menegheti para o Ministério da Agricultura.

A 9 de outubro de 1956, toma posse na Presidência da Novacap o Sr. Israel Pinheiro. A 16, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem anuncia o início da construção da ro-

Brasília é nossa

O aniversário de Brasília não é apenas uma data festiva, mas principalmente um marco histórico a ser seguido por todo o Brasil.

Construída para abrigar a Capital da República e ser o Centro das decisões políticas do País, Brasília foi concebida para ter apenas 500 mil habitantes no ano 2000.

Hoje, constatamos justamente o contrário. Somos quase dois milhões de habitantes, a cidade cresceu e se desenvolveu: passou a ter vida própria, como qualquer outro grande centro urbano e num tempo recorde: 35 anos.

Brasília, hoje, é o orgulho

dos cadangos. Tanto daqueles primeiros construtores que aqui fixaram raízes com suas famílias, como daqueles que aqui nasceram, cresceram e agora criam seus filhos. Somos uma família, com características e sinais próprios. Há quem diga até que temos um sotaque brasileiro.

Mas o aniversário de Brasília é, antes de tudo, um dia de lutas, para que as conquistas até agora alcançadas não parem por aí, ou o pior; caiam por terra.

Vamos lutar para que Brasília possa se consolidar em todos os sentidos e não regrida, como querem alguns. Vamos “pintar as caras” e sair às ruas para que, na

reforma constitucional, conquistemos a independência administrativa e financeira que tanto mereceremos e possamos não mais depender de recursos da União para sobreviver.

Vamos brigar pela criação de novos e melhores empregos, principalmente através da construção de indústrias e do desenvolvimento, aqui, de pequenas e médias empresas. Temos que lutar também para o crescimento racional do Entorno e a ocupação ordenada do solo, tanto na área urbana como na área rural, através da agricultura, que também é uma vocação brasileira.



Zé Ramalho

PDT

Enfim, as perspectivas são muitas, principalmente porque Brasília é uma cidade de braços abertos, que recebeu migrantes de todas as regiões do País, absorvendo também suas culturas e seus ensinamentos.

Por todos esses motivos e muitos outros, não faz mais sentido dizer que Brasília é apenas a Capital da República. Não! Na verdade, ela é também a Capital da República, mas, antes de tudo, a nossa Cidade.

E ao comemormos o 35º aniversário de Brasília, cada um de nós apaga uma velinha e comemora a parte que nos cabe nessa festa.

Pois então, feliz aniversário para todos nós!

dovia Anápolis-Brasília, anunciando o projeto da Transbrasiliana, a BR-14.

O Presidente da Novacap, acompanhado do arquiteto Oscar Niemeyer e engenheiros, estuda, a 1º de novembro, o local para os primeiros prédios a serem construídos em Brasília. A Novacap já instalara seu escritório da cidade de Luziânia, obtendo ainda a cessão de locais em Anápolis, para o armazenamento de materiais. No dia 7, é o Departamento Nacional de Estradas de Ferro que anuncia as obras projetadas para a ligação ferroviária com Brasília, através da Central do Brasil, via Pirapora; da Paulista, partindo de Colômbia e de Goiás, partindo de Anápolis.

A 10 de novembro, de baixo de forte chuva, o Presidente Kubitschek realiza sua primeira inspeção aos núcleos pioneiros de trabalhadores em Brasília. Já existem, então no sítio da Nova Capital, 232 operários.

A 1º de dezembro, concluem-se os entendimentos para que a Companhia Siderúrgica Nacional forneça à Novacap as estruturas metálicas destinadas à construção de um grande hotel em Brasília. No dia seguinte, Oscar Niemeyer conclui a elaboração do plano para o Palácio Residencial do Presidente da República, que recebeu a denominação de Palácio da Alvorada.

A 8 de dezembro, o Presidente Kubitschek volta a Brasília, partindo de Macaói. No dia 11, inauguram-se os serviços do SAPS, para fornecer alimentação aos operários locais.



Os candangos, como eram chamados os primeiros habitantes de Brasília, festejam no dia da inauguração da cidade

Começa a adquirir vida o Núcleo Bandeirante, onde a iniciativa particular poderá desenvolver-se, fornecendo o necessário aos habitantes de Brasília. A "Cidade-Livre", assim chamada, deveria ser extinta no momento em que o Plano-Piloto possuísse vida própria. Mas, necessidades sociais e outras le-

varam o Congresso a votar sua imortalidade, transformando-a em Cidade-Satélite.

Em janeiro de 1957, anuncia-se que Brasília conta com 2.500 operários, empregados nas diversas obras então em andamento. No Palácio do Cateite, a 18 de fevereiro, o Presidente da República pre-

side a cerimônia de assinatura da escritura de transferência para a União de 30.933.759 alqueires geométricos de terras situadas dentro dos limites de Brasília, correspondentes a um quarto da área da futura Capital do País.

A 19 de março, são divulgados os elementos principais do projeto vencedor do Plano-Piloto de Brasília, de autoria do Professor Lúcio Costa.

O primeiro núcleo policial foi instalado a 1º de abril, chefiado pelo Coronel da Polícia Militar Antônio Muzzi. Já no dia seguinte era inaugurado o aeroporto de Brasília, dotado de pista pavimentada de 3.300 metros de extensão, a maior do Brasil. Acompanhado dos Embaixadores da França e de Portugal, o Presidente Juscelino Kubitschek desceu na nova pista, que desde então passou a receber grande número de aviões comerciais e militares. A pista foi submetida aos mais severos testes. E por ela deslizam hoje os maiores e mais pesados jatos do mundo.

Espectáculo tocante foi, sem dúvida, a "Primeira Missa de Brasília", oficiada por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Cardeal-Arcebispo de São Paulo, hoje exercendo suas funções de Pastor em Aparecida do Norte. Quinze mil pessoas acorreram nesse dia, 3 de maio de 1957, a Brasília. Nessa data ainda não haviam surgido quaisquer construções definitivas. O Cardeal de São Paulo leva para Brasília a imagem de Nossa Senhora da Aparecida, madrinha da cidade. A imagem foi ofertada pela

Capital de São Paulo. O Cardeal Vasconcelos Motta ressalta a importância de Brasília "que será o acontecimento máximo depois do Ipiranga" e "o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional".

Nessa mesma data, o Presidente Juscelino Kubitschek inaugurou oficialmente o aeroporto. Iniciado a 6 de dezembro de 1956, requereu as seguintes obras: desmatamento, 1.334.000 metros quadrados; terraplenagem, 178.000 metros quadrados; base estabilizada, 40.900 metros quadrados; revestimento, 73.000 metros quadrados; serviços topográficos, de localização e nivelamento, 28 quilômetros. Na primeira fase foram concluídos 2.400 metros de pista, na largura de 45 metros.

A 14 de maio, chegou a Belém o Engenheiro Bernardo Sayão Carvalho e Araújo, diretor-executivo da Novacap e o vice-governador de Goiás, que iniciou a discussão de detalhes, com a Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia, para a construção da rodovia Belém-Brasília, com 2.200 quilômetros de extensão, possibilitando a que o Brasil se integrasse em si mesmo, unindo o norte ao extremo sul do País. Bernardo Sayão, que mais tarde tombaria na Belém-Brasília, pagando com a vida a ousadia de desafiar a selva amazônica, foi o cérebro e os braços na abertura da grande estrada, que está permitindo nas matas nunca dantes penetradas um surto de progresso inenarrável.

O florestamento e reflor-

O Sonho e a Aventura

Primeiro, a imensidão do planalto de Goiás, pra lá, bem pra lá do grande sertão das Gerais. E o sertão era sem fim. Nele povoavam os buritis, as seriemas e as alvoradas mais bonitas de que se tinha notícia. O céu de tão azul, de tão infinito, parecia que cruzava a linha do horizonte e misturava-se com a terra, como a dizer que Deus morava ali por perto. E o planalto era diferente. Tinha um quê de mistério. Por ali, todos os sertanejos, todos os bichos e a natureza sabiam de um sonho que o vento soprava por todas aquelas paisagens há um punhado de anos, desde a visão de Dom Bosco e o sacrifício do inconfidente Tiradentes.

tes. Era a profecia de que ali, bem ali, naquela imensidão nasceria uma cidade capital, síntese de uma nova civilização, marcada pelo progresso e pela generosidade entre os homens, onde "jorriaria o leite e o mel".

E o sonho habitou entre nós e Brasília se fez. Graças à santa clarividência do fundador J.K., à arte e criatividade de Niemeyer e Lúcio Costa e ao poder empreendedor de cada pioneiro, a cidade nasceu e se tornou grande sob o signo do ecumenismo. Uma terra sem espaço para o rancor, onde o culto ao pluralismo e o respeito ao individualismo constru-

iram mais do que a areia, o cimento e o ferro.

Trinta e cinco anos depois, uma nova ordem se implantou. O mandatário iniciou por convidar os representantes do povo para aceitarem "participar da aventura de governar". E o governo como todo alarde, como que neo-bárbaros, espalhou por todos os cantos as bases da nova cultura. A sociedade agora deve se organizar sob a luz de uma única estrela. E os que não tiverem essa ideologia no peito devem ser alijados do processo. Milhares foram exonerados. Outros tantos humilhados e "encostados". Moradias destruídas. Tribunais revolucionários,



Tadeu Filippelli

PP

agora denominados de "foruns", foram constituídos em todas as organizações para julgar sumariamente os empregados dentro de um critério maniqueísta: contra ou a favor do novo regime. Os "inimigos" passaram a ser execrados. Aqueles que ofereciam maior perigo, os intelectuais, passaram a ser combatidos em praça pública por hordas de simpatizantes arregimentados em todo País.

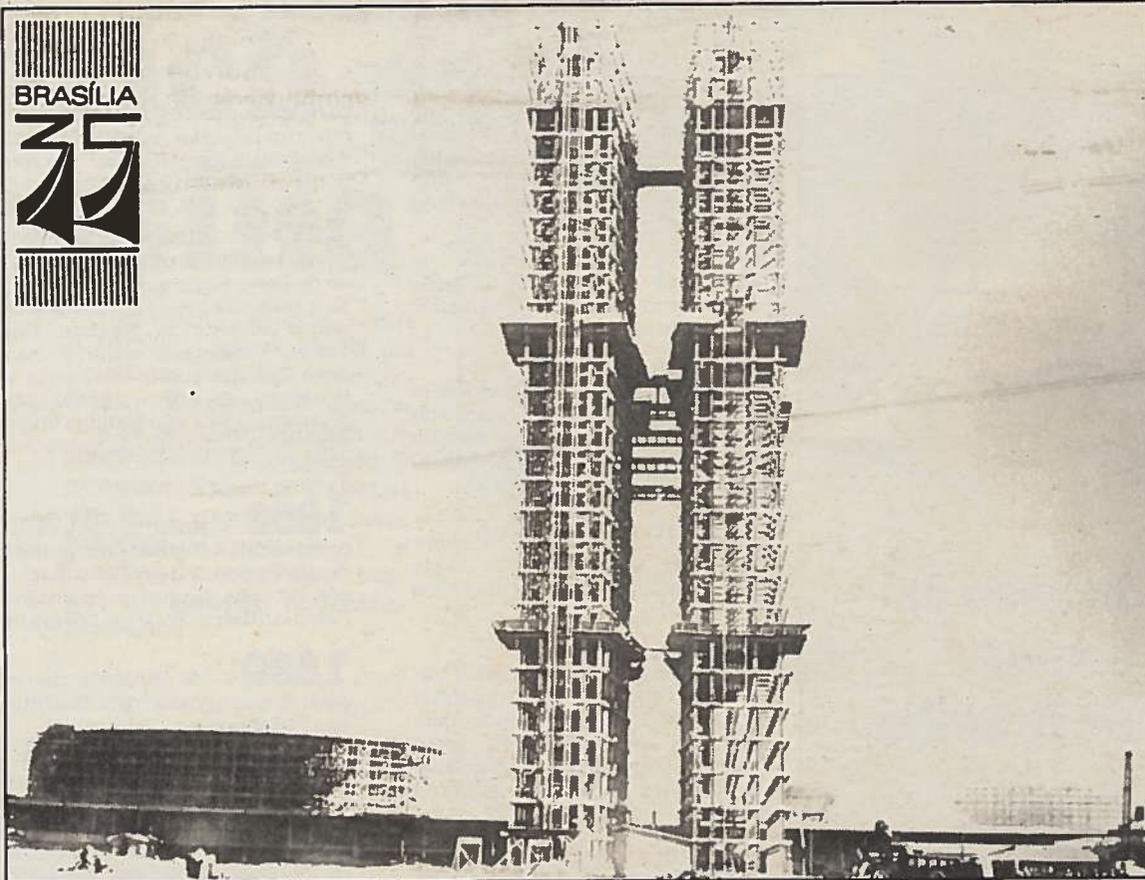
E como que por encanto em pouco mais de cem dias, construiu-se um muro que dividiu a cidade: de um lado a nova república sindicalista, do outro os excluídos e tudo aquilo que sobrou do sonho de Juscelino. E dia após dia, a brisa do Planalto, que nos velhos tempos espalhava para todos os candangos a esperança cantada por André Malroux, teve sua liberdade condicionada. E o sonho se desfez. Ficou a aventura.

restamento de Brasília não foi esquecido. A 23 de maio, o Presidente da República aprovou o termo de acordo entre a Novacap e o Ministério da Agricultura para estudos e efetivação do plano do florestamento e reflorestamento da área do Distrito Federal. Na mesma ocasião, a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura inicia um plano de trabalho para a instalação de um parque de reserva que represente um refúgio de animais silvestres nas imediações da Nova Capital, com o fim de preservar a fauna. Infelizmente, necessita-se de medidas mais enérgicas do que as que até o momento foram adotadas. Ainda na mesma época, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização dá início às suas atividades na área de Brasília.

A 2 de junho, os Padres Salesianos — Ordem fundada por Dom Bosco — dão início à construção do primeiro ginásio de Brasília, à expensas da Novacap, e que tomou o nome do fundador da Ordem. Em 1883, Dom Bosco teve uma visão, na qual a Nova Terra da Promissão surgiria entre os paralelos 15 e 20, no Brasil. Esta é a localização exata de Brasília.

O Primeiro Congresso Científico de Brasília foi inaugurado em julho de 1957 e teve a participação de 80 médicos mineiros e goianos, que se reuniram na Nova Capital sob o patrocínio da Associação Médica de Minas Gerais. Nesse dia foi inaugurado em Brasília o Hospital do IAPI, que passou a prestar serviços a todos os segurados da Previdência Social.

A 7 de agosto, instala-se



O Congresso Nacional à época de sua construção, hoje consolidado como palco das grandes decisões nacionais

em Brasília o primeiro núcleo de imigrantes japoneses, que iniciam suas atividades na área do Cinturão Verde. Os colonos chegados a Brasília são elementos rigorosamente selecionados, especializados em horticultura e preparo de pomares, todos eles com larga experiência no País de origem.

A 30 de agosto de 1957, os representantes das classes produtoras do País, em número de 300, reafirmam sua fé e seu entusiasmo pela construção de Brasília. Ouvindo a exposição do Presidente da Novacap, Dr. Israel Pinheiro, os líderes da indústria, do comércio e da agricultura manifestaram sua disposição de colaborar com

o grande empreendimento, que reputam vital para a redenção econômica da Nação. Na ocasião, o Sr. Israel Pinheiro esclarece que quem construirá realmente Brasília será a iniciativa privada: a Novacap apenas urbanizará e fiscalizará as obras. Os prédios públicos construídos pela Novacap não ultrapassam a cinco por cento do total das construções previstas. Dois dias depois, 20 alunos da Escola Superior de Guerra chegam a Brasília sob o comando do Brigadeiro Alves Sêco, hoje Ministro do Superior Tribunal Militar.

No dia 20 de setembro, em Washington, o Brasil recebe do Banco de Exportação e Importação (Exim-

bank) a soma inicial de US\$ 10,000,000 para financiamento da compra de estruturas de aço para os 11 Edifícios, onde hoje estão instalados os Ministérios. Falando no ato, o então Embaixador Amaral Peixoro afirmou: “— o aço que será usado na estrutura para a Nova Capital pode ser considerado, por si mesmo, um símbolo da força das tradicionais relações entre nossos países.

No aço da Usina de Volta Redonda, como no aço destinado a Brasília, vemos um símbolo da colaboração norte-americano-brasileira, no quadro das realidades do Século XX. Brasília é uma obra de pioneiros. É o início de uma

realidade futura e é justo que os Estados Unidos estejam associados conosco nessa empresa do futuro, como têm estado no passado.”

A 27 de setembro, é inaugurada a primeira agência da Caixa Econômica Federal em Brasília.

Numa terça-feira, a 1º de outubro de 1957, no Palácio do Catete, o Presidente Juscelino Kubitschek sanciona, em solenidade realizada ante todo o Ministério, parlamentares, membros do Poder Judiciário e altas autoridades civis e militares, a lei do Congresso Nacional que fixa a data de 21 de abril de 1960 para a mudança da Capital Federal para Brasília. Uma caneta oferecida por jornalistas goianos é utilizada na histórica solenidade, quando o Presidente da República afirmou:

“Este ato representa o passo mais viril, mais enérgico, que a Nação dá, após sua independência política, para a sua plena afirmação, como povo que tomou em seus ombros uma das mais extraordinárias tarefas que a história contemporânea viu atribuir-se a uma coletividade: a de povoar e de civilizar as terras que conquistou, vastas como um continente: a de integrar, na comunhão dos povos, para o bem-comum da humanidade, um dos mais ricos territórios do mundo. Sendo este ato, ao mesmo tempo, o maior e mais severo compromisso que o Brasil toma consigo mesmo, entendi que a ele deviam estar presentes as altas autoridades da República, os representantes mais credenciados de nossa cul-

Brasília, uma linda realidade

Brasília é uma realidade. A frase, colocada assim, solta, soa como lugar-comum. Mas, se refletirmos cuidadosamente veremos quanta profundidade e quanto sentido ela encerra. Trinta e cinco anos depois da inauguração da "capital e todos os brasileiros", a frase ganha ainda mais força. Ganha contornos de evidência. Brasília é uma realidade. Linda, irreversível, incontestável. E envolvente.

Quem, em sã consciência, conseguiria não se deixar envolver? Essa gente, o céu, o pôr-do-sol, as cidades satélites, o Lago

Paranoá, Via Sacra, Água mineral, Vale do Amanhecer, Catetinho, monumentos, eixos, luzes...

Só mentes maldosas, que ignoram a poesia de todas as esquinas sem esquina de Brasília, podem menosprezar nossa cidade. Mas essas mentes existem. E nós, trabalhadores, parlamentares, servidores públicos, estudantes, donas de casa, artistas, temos que combatê-las. Não com violência, mas com a inteligência de mostrar o nosso amor por essa cidade por esse sonho de Dom Bosco tornado realidade.

E devemos travar esse bom

combate, em respeito à obstinação e à ousadia de Juscelino Kubitschek, Bernardo Sayão, Israel Pinheiro, Severinos, Joaquins, Franciscos, Antônio, Josés e tantos outros candangos anônimos. Devemos partir para essa batalha santa em respeito a nós mesmos.

Aqueles que conhecem Brasília apenas pelo trajeto Aeroporto-Eixo Rodoviário-Esplanada dos Ministérios e insistem em atacar a nossa cidade não podem continuar a fazê-lo. Não têm esse direito. Aqui não vivem, não criam seus filhos, não plantam suas árvores, não cultivam seus sonhos. Para es-



Daniel Marques

PP

ses, Brasília não passa de um "pouso", ou, para outros que tais, não passa de uma aventura de um lunático que "ousou" tirar a Capital Federal do Rio de Janeiro.

Aventura sim. Ousadia mais ainda. A transferência da Capital, a Construção de Brasília, tem muito de aventura, de ousadia, de obstinação, de busca de um ideal. Ao que sabemos, essas são qualidades que devem ser perseguidas por todo ser-humano. E, de uma forma ou de outra, elas estão concretizadas no trabalho e na vida de cada brasiliense. Que Brasília, a nossa realidade, se perpetue e seja respeitada cada vez mais.

tura e de nossas forças produtoras, todos aqueles que com a inteligência, a energia e o trabalho perseverante possam concorrer para que a Nação não falhe, nesta histórica empreza."

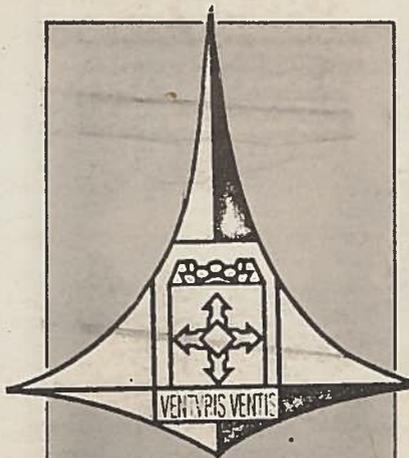
A 18 de outubro, o Ministro da Educação, Dr. Clóvis Salgado, inaugura a primeira escola de Brasília. Esse estabelecimento projetado por Oscar Niemeyer foi construído em apenas 20 dias, recebendo, de imediato, 300 crianças, filhos de engenheiros e de operários da Novacap.

"Na inauguração de Brasília irei de automóvel com a complementação asfáltica da rodovia Belo Horizonte-Brasília." Esta declaração foi feita pelo Presidente da República, a 22 de outubro de 1957, em entrevista à imprensa. No mesmo dia, os Presidentes das autarquias de Previdência Social traçam os planos de construção de apartamentos para os servidores públicos a serem transferidos.

No dia 26, é lançada a pedra fundamental do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, construído em Brasília por iniciativa da Primeira-Dama.

A 7 de novembro, o Presidente Kubitschek, em companhia dos engenheiros Bernardo Sayão e Waldir Bouhid, sobrevoa longamente o traçado previsto para a ligação rodoviária Belém-Brasília. Exige que uma caravana de Belém vá da Capital paraense a Porto Alegre, por rodovia, a 3 de abril de 1960. (Este feito pioneiro, com a ausência de Bernardo Sayão, morto nas selvas amazônicas, foi efetivado em janeiro e fevereiro de 1960, antecipando de três meses esta meta da maior importância para a vida de Brasília.)

Cronologia da mudança da capital



Brasão de armas de Brasília

Criado pelo poeta e especialista em heráldica Guilherme de Almeida, foi instituído em 12 de setembro de 1969. Possui no centro um escudo quadrangular com a cruz de Brasília, formada por quatro setas que partem do centro em direção aos quatro pontos cardeais, representando a herança indígena, a rosa dos ventos e a ação centrífuga do poder. Acima do escudo, uma coroa mural adaptada ao estilo dos pilotis da cidade, baixou, a divisa em latim Venturis Ventis, "aos ventos que hão de vir". O formato do brasão imita as colunas do Palácio da Alvorada, uma das imagens marcantes de Brasília.

1750 — O cartógrafo goiano Francisco Tossi Colombina elabora uma carta de Goiás e capitânias próximas, sugerindo a mudança da capital do País para essa região.

1763 — Mudança da sede do governo colonial, de Salvador para o Rio de Janeiro.

1789 — A Inconfidência Mineira previa a Interiorização da capital. Era Intenção dos Inconfidentes estabelecer em São João Del Rei o governo brasileiro.

1809 — William Pitt, embaixador Inglês junto às Cortes portuguesas, sugere a mudança da capital brasileira.

1810 — O Conselheiro Velloso de Oliveira dirige memorial ao governo português, onde, pela primeira vez, aparecem argumentos ponderáveis justificando a mudança da sede do governo brasileiro.

1813 — Hipólito José da Costa, em artigos do "Correio Braziliense" (também publicados em 1818 e 1822 na Inglaterra), defende a transferência da capital para o Interior.

1821 — Primeira manifestação de um órgão da administração do País, a favor da mudança, em Instruções do Governo Provincial de São Paulo, aos deputados da Província, às cortes de Lisboa, indicando a latitude aproximada de 15º para a localização da nova capital e sugerindo para ela o nome de Brasília. A redação de tais Instruções é atribuída a José Bonifácio de Andrada.

1823 — José Bonifácio de Andrada apresenta à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil a "Memória sobre a necessidade de edificar no Brasil uma nova capital", na qual sugeriu para sede do governo a comarca de Paracatu, MG.

1824 — A Confederação do Equador, na revolução Pernambucana, inclui, como preliminar

para qualquer negociação com o governo Imperial, a Instalação da Assembléia Constituinte "em um ponto central do Brasil".

1839 — O historiador Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, pronuncia-se, pela primeira vez, a favor da mudança da sede do governo. Em 1845, Varnhagen admitia São João Del Rei como local para a Instalação da futura capital, porém, em 1849 mudou de idéia, sugerindo o planalto de Formosa, Goiás.

1852 — Holanda Cavalcanti apresenta ao Senado um projeto de lei dispondo sobre a construção de uma capital no planalto, "nas latitudes de 10 a 15 graus

1890 — A mudança da capital é consignada na Constituição Provisória.

1891 — A Primeira Constituição da República estabelece, em seu artigo 3º, "Fica pertencente à União no Planalto Central da República uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal".

1892 — Floriano Peixoto constitui a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, sob a chefia do cientista Luiz Cruis, Diretor do Observatório Nacional, com o encargo de estudar e demarcar área do futuro Distrito Federal.

1894 — A Comissão apresenta o relatório final e seus trabalhos, uma completa monografia que ainda não perdeu a atualidade, indicando uma área retangular de 14.400 km² que passou a ser chamada, desde então, de "Retângulo Cruis".

1920 — O Presidente Epitácio Pessoa assina um decreto legislativo que prevê o início da construção da nova capital.

1922 — Em Planaltina, a 7 de setembro, como parte das comemorações do Centenário da Independência, é lançada a pedra fundamental da nova capital.

1934 — A Constituição prevê a mudança da capital.

1937 — A nova Constituição também prevê a transferência da sede do governo.

1940 — O presidente Getúlio Vargas lança em Goiânia a cruzada "Rumo ao Oeste".

1946 — A mudança da capital para o planalto central é incluída nas Disposições Transitórias da Constituição promulgada em 18 de setembro. O Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeia a Comissão Poli Coelho para localizar a nova capital.

1953 — O Decreto 32.976, de 8 de julho, constitui a Comissão de Localização da Nova Capital, chefiada pelo general Aguiinaldo Caiado de Castro, que seria substituído, em 1954, pelo marechal José Pessoa.

1955 — A 5 de agosto, o Presidente Café Filho aprova o sítio e a área da nova metrópole, entre os rios Preto e Descoberto e os paralelos de 15º30' e 16º03'5", abrangendo terras de três municípios goianos: Planaltina, Formosa e Luziânia.

1956 — Em 18 de abril, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira encaminha ao Congresso a "Mensagem de Anápolis", propondo, entre outras medidas, a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e o nome de Brasília para a nova metrópole. Com aprovação unânime da Câmara e do Senado, o projeto governamental converteu-se na Lei Nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.

1957 — A Lei nº 3.273, de 1º de outubro, estabelece a data para a transferência do Distrito Federal.

1960 — No dia 21 de abril de 1960 é transferida oficialmente para Brasília a Capital do Brasil.

Brasília, uma epopéia nacional

Brasília está comemorando seus 35 anos de fundação, constituindo-se hoje em um dos marcos mais importantes de nossa capacidade de realização, movida pela fé e determinação de um povo obstinado e sequioso de progresso.

São passados 35 anos, ao longo dos quais Brasília resistiu a sucessivas campanhas contra sua consolidação, rebatendo vigorosamente todas as tentativas de inviabilizá-la.

Não foram poucos os que procuraram ridicularizá-la apontando-a como fria, desumana, neurotizante, entre outros termos, de-

preciativos. Também não foram poucos os que tentaram reverter o processo da marcha para o Oeste brasileiro a partir da nova capital do país, não se rendendo à realidade das conquistas nunca dantes imaginadas.

A fronteira, antes limitada apenas à parcela mais desenvolvida da Nação, expandiu rapidamente abrindo caminho para a real integração do país, plantando na vasta região abandonada a semente do progresso.

Rasgaram-se florestas abrindo estradas, construindo cidades, rompendo o isolamento a que esta-

vam relegados milhões de brasileiros e, acima de tudo, mudando por completo a política de ocupação territorial e a necessidade de desenvolvimento do interior.

Só mesmo a má vontade, para não dizer impatriotismo, reluta em reconhecer a importância de Brasília, a partir de sua fundação, na formação de um novo Brasil, totalmente ligado em todos os seus quadrantes.

Outra prova cabal da importância da transferência da capital para o Planalto Central, foi a oportunidade dada ao povo brasi-



Jorge Cauhy
PP

leiro para mostrar seu espírito empreendedor e corajoso, aceitando com garra a enorme tarefa de abrir um novo horizonte para o país, regando com seu suor a construção de um futuro digno da própria grandeza deste país.

São passados 35 anos e jamais poderemos olvidar os que acreditaram que, aqui em Brasília, estavam empenhados na epopéia que é motivo de orgulho nacional e admiração internacional.

Como pioneiro e orgulhoso de ter participado com meu modesto trabalho em prol de Brasília, só me resta saudá-la e desejar que continue irradiando a luz que rompeu as trevas do atraso.

Histórico de Brasília

O nascimento de Brasília obedeceu a um determinismo histórico. A idéia da transferência da Capital Federal para o Planalto sedimentou-se na alma popular através de séculos, aparecendo como meta a alcançar, tanto nas Constituições como em movimentos que visavam a independência política.

Já em 1750, o cartógrafo genovês Francisco Tossi Colombina apontava a região onde hoje se localiza o Distrito Federal, como o local mais indicado para a fixação da sede do governo da Colônia.

Em 1789 o problema da interiorização político-administrativa do País era inscrito como destaque no programa da malograda Inconfidência Mineira, sob o fundamento de que o Governo Central deveria ser subtraído às agitações dos Portos.

Em 1808, José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, no "**Correio Braziliense**" jornal editado em Londres e fundado por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça já se batia pela mudança da Capital para o centro geográfico do País, justificando possuir o Rio de Janeiro nenhuma condição que se requer de uma cidade com as características de cabeça do Império.

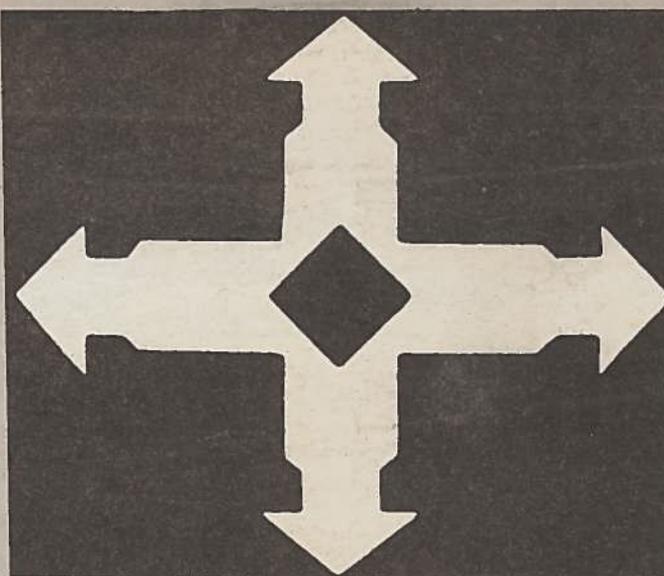
Logo depois, em 1810, o Conselheiro e Chanceler

Veloso de Oliveira, em memorial apresentado ao Príncipe Regente, ponderava: "**E preciso que a Corte não se fixe em algum porto marítimo. É preciso fixar a Capital do País em lugar são, ameno, aprazível e isento de confuso tropel de gentes indistintamente**".

Mas a idéia ganhou consistência com José Bonifácio de Andrada e Silva, sem dúvida seu mais clarividente precursor.

Assim é que, em 1821, o Patriarca da Independência acentuava nas instruções transmitidas aos Deputados de São Paulo às Cortes de Lisboa: "Seria muito útil que se levantasse uma cidade no interior do Brasil, para assento da Corte ou da Regência, cidade essa que poderia ser na latitude pouco mais ou menos de 15 graus, em sítio sadio e fértil."

Ao elaborar o estudo que mais tarde, em 1823, encaminharia à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império (Memória sobre a necessidade e meios de edificar no interior do Brasil uma nova Capital), assinalava José Bonifácio, as implicações econômicas e demográficas do empreendimento e sugeria a denominação da cidade que se idealizava: "Desta Corte Central dever-se-ão logo



Bandeira de Brasília

Idealizada por Guilherme de Almeida, autor do brasão, a bandeira foi oficializada em 26 de agosto de 1969. Sobre fundo branco, simbolizando a paz, um escudo quadrangular abriga a cruz de Brasília. O verde e o amarelo do escudo traduzem a fidelidade aos símbolos nacionais.

abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar, para que se comuniquem e circulem com toda prontidão as ordens do governo, e se favoreça por elas o comércio interno do vasto Império do Brasil. Sendo ela central e interior, fica o assento do Governo e da legislatura livre de qualquer assalto de surpresa feito por inimigos externos. Chame-se para as províncias do sertão o excesso de povoação, sem emprego, das cidades marítimas e mercantes. Como esta cidade (Metrópole ou

Brasília) deve ficar quanto possível equidistante dos limites do Império, tanto em latitude quanto em longitude, vai-se abrir deste modo, por meio de estradas que devem sair deste centro como raios para as diversas províncias e suas cidades interiores e marítimas, uma comunicação que decerto criará, em breve, giro de comércio intenso da maior magnitude, visto a extensão do Império, seus diversos climas e produções".

Visão extraordinária, a do Patriarca da Indepen-

dência, que já no seu tempo se preocupava com o excesso de aglomeração litorânea. E, não fora tardio o atendimento de suas premissas, o desenvolvimento do Brasil, como um todo, teria evitado a atrofia econômico-demográfica da maior parte de seu território.

De José Bonifácio até a inauguração da Capital, a idéia da mudança foi ganhando consistência. E sua localização no Planalto Central foi pregada por Varnhagem (1834-1877), que argumentava com a circunstância de a região "**reunir em si as três grandes conchas fluviais do Império.**"

O Brasil, a essa época, havia conquistado a independência. Quando da elaboração de nossa primeira Carta Magna, a mudança da Capital veio novamente à baila, conforme documento da Assembléia Constituinte e Legislativa do Brasil, firmado pela maioria de seus membros na sessão de 8 de junho de 1823.

Em 1852, Holanda Cavalcante entrega ao Senado o projeto de sua autoria sobre a transferência da sede do Governo para o interior do País.

A Constituição Provisória da República, estabelecida pelo Decreto 914-A de 23 de outubro de 1890, em seu artigo 2º estabelecia: "Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto outra coisa não se liberar o Congresso."

Uma cidade democrática

Antes de tudo, parabênizo a população brasiliense pela passagem dos 35 anos da inauguração de Brasília, cidade que foi construída para ser definitivamente a capital da República e que até hoje embala o sonho de desenvolvimento do país e acalenta em nossos corações o sentimento de brasilidade, já que esta cidade-estado foi edificada por todos os brasileiros, do Sul e do Norte, do Leste e do Oeste

Brasília é chamada a capital da esperança, e não é à toa. Para ela vieram brasileiros de todas as

raças, credos e classes sociais. Em Brasília, pessoas humildes vieram ganhar o seu pão e sustentar os seus filhos condignamente, pois aqui, todos nós, sem exceção, tivemos a chance de crescer na vida e ganhar o nosso sustento. Brasília, antes de tudo, é uma cidade democrática, embora ainda não seja socialmente justa.

Mas Brasília não é só isso. Antes de 1960, o Brasil só se resumia às regiões Sul e Sudeste. Até Minas Gerais, que sempre foi um Estado forte, era relegado a um segundo plano. Pois bem, com a

transferência do poder político e econômico para o centro do país, o Brasil pôde enfim mostrar a sua verdadeira face. E por quê? Por que as chamadas regiões longínquas, os chamados sertões, passaram, ainda que moderadamente, a participar das decisões e dos interesses do país, demonstrando que o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste também existem, também reivindicam recursos, também têm voz ativa.

Brasília, por isso tudo, é a principal responsável pela total integração do Brasil, aproximando



Marcos Arruda
PSDB

os grandes centros econômicos e culturais das regiões mais longínquas deste país. Graças a Brasília, o Norte está sendo ocupado, o Nordeste está mais industrializado, o Centro-Oeste se tornou um pólo de pecuária e agricultura e Minas ficou mais forte do que já era.

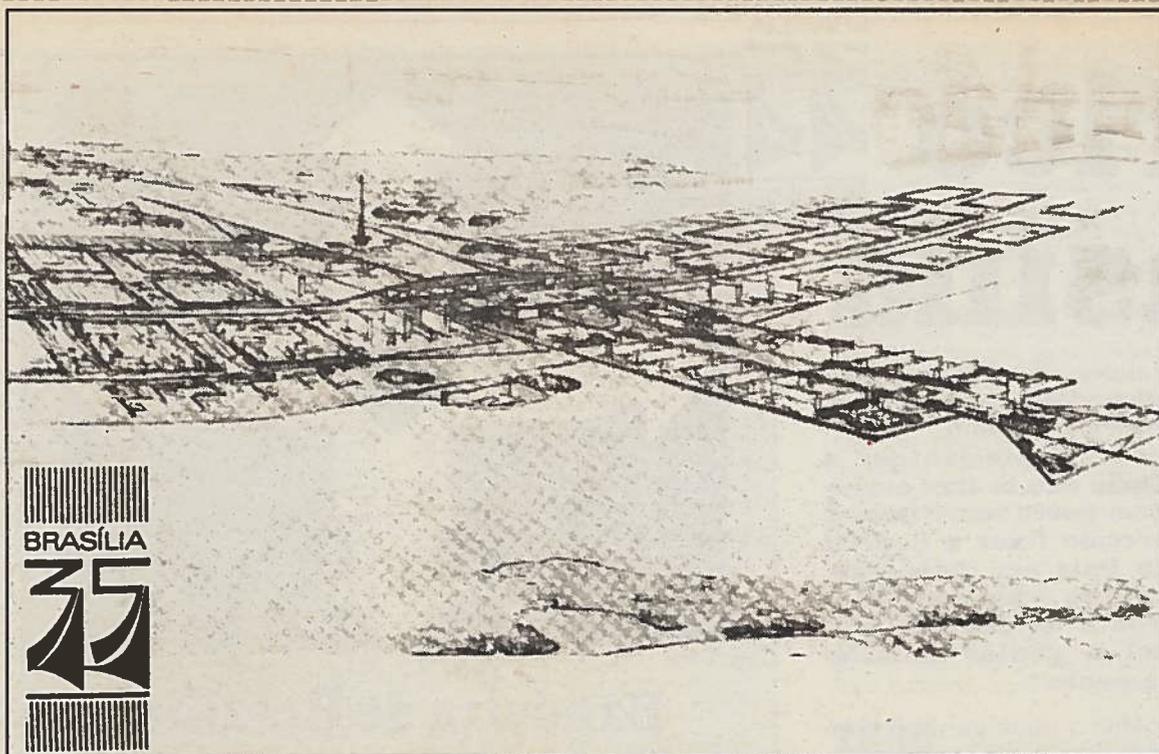
Além do mais, Brasília é considerada patrimônio cultural e sede das embaixadas de todos os países que têm relações diplomáticas com o Brasil, dando-lhe um charme cosmopolita e se tornando ponto de referência das decisões internacionais nas quais o país venha a participar.

Mas logo no ano seguinte, o Congresso deliberava ao outorgar a Constituição de 1891: — Art. 2º — Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der a execução ao disposto no artigo seguinte: Art. 3º — Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela se estabelecer a futura Capital Federal.

Em função desse dispositivo constitucional, foi nomeado em 1892 a Missão Cruls, composta de 22 membros e chefiada pelo eminente Dr. Luiz Cruls, para proceder a estudos na região do Planalto Central. A idéia da transferência começava a corporificar-se. Os trabalhos dessa Missão foram os mais proveitosos e os resultados foram de imensa valia para a localização da cidade que hoje é a Capital do País.

No entanto, os primeiros projetos da lei objetivando a concretização de grande empreendimento não tiveram maiores consequências. Foram eles apresentados, na Primeira República, por Sá Freire em 1889; Nogueira Paranaguá, em 1905; Eduardo Sócrates, em 1911; e Justo Chermont, em 1919.

Passou, então, um longo período em que a idéia da transferência ficou latente. E a Constituição de 16 de julho de 1934, parecendo desprezar os trabalhos anteriores, reafirma, no en-



Vista geral de Brasília no plano idealizado pelo seu criador, arquiteto Lúcio Costa

tanto: Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob instruções do Governo, procederá a estudos de várias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.

O Brasil teria, no entanto, novas Constituições antes de ter a nova Capital. Os constituintes de 1946, compreendendo a necessidade inadiável da transferência inserem no Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna de 18 de setembro, os preceitos pormenorizados sobre a mudança.

Suceder-se-ia, então, um encadeamento de providências que viria culminar com o início da construção de Brasília. Em 21 de agosto de 1948, o Presidente Eurico Gaspar Dutra assina a mensagem Nº 393 entregando à consideração do Congresso os trabalhos dos técnicos comissionados para tratar da mudança.

A 8 de junho de 1953, o Presidente Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 32.276, cria a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, composta de 7 membros. O General Caiaido de Castro é nomeado

seu Presidente.

Pelo Decreto 38.521 de 9 de dezembro de 1953, a Comissão de Localização foi transformada em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal.

E, no ano seguinte, pelo Decreto 36.598 de 1º de dezembro de 1954, a Comissão, sob a Presidência do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, localizou o sítio ideal para a construção da Capital Federal.

Logo após, o Dr. Ernesto Silva era nomeado Presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, tendo tomado posse em data de 13 do mesmo mês.

A esta altura, o Governo do Estado de Goiás pelo Decretos 480 de 30 de

abril; 500 de 11 de maio; e 1.258 de 5 de outubro de 1955, e pela lei 1.071 desapropriara a área que iria constituir o futuro Distrito Federal, declarando de utilidade pública e de conveniência ao interesse social o terreno escolhido, suspendendo nela e adjacências qualquer alienação de terras do Estado e criando a Comissão de Cooperação para a mudança da Capital.

Faltava a lei final, marcando a transferência. E esta foi sancionada a 2 de outubro de 1957, pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

É o seguinte o teor da Lei, que leva o nº 3.273:

“Artigo 1º - Em cumprimento do artigo 4º e seu item nº 3, será transferida, no dia 21 de abril de 1960, a Capital da União para o novo Distrito Federal, já delimitada no Planalto Central do País.

Artigo 2º — Os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo ficam autorizados a tomar as providências necessárias ao atendimento do disposto no artigo anterior.

Artigo 3º — Fica incluída, em relação descritiva do Plano Rodoviário Nacional de que trata a Lei 2.975, de 27 de novembro de 1956, a ligação Rio-Brasília, para os efeitos do Art. 30 da mesma Lei.

Artigo 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário”

Estava terminada a batalha pela mudança. Começava a batalha pela construção.

Realidade foi maior que o sonho

Brasília e sua construção devem ser vistas no quadro do que era o Brasil nos anos 50. O presidente Juscelino Kubitschek, no livro *Por Que Construí Brasília*, recorda que os problemas “não poderiam ser resolvidos se a evolução da economia nacional continuasse a ter, como traço predominante, uma forte dependência das atividades primárias”. O País não deveria conformar-se com o papel de produtor, somente, de bens agropecuários. Como lembra JK, em 1950 “as atividades agropecuárias ocupavam cerca de 10 milhões de brasileiros”, um quinto da população.

Desnecessário acrescentar que se tratava de brasileiros muito

pobres. “Por outro lado”, diz JK, “os 21 milhões de habitantes da zona urbana”, concentrada principalmente nas regiões Sudeste e Sul, “eram apenas menos pobres do que os habitantes do campo pois o Brasil de 1950 tinha um parque manufatureiro ao extremo deficiente”. Em 1951, a renda per capita somava magros 147 dólares.

A tarefa de levar o País a novos patamares econômicos não se realizaria sem esforço - e sem oposição. Críticas e mesmo chacotas foram frequentes. Uma charge em *O Globo*, publicada em 1956, mostra JK, meditativo, a conversar com um repórter. Juscelino diz: “Estou pensando na mudan-

ça da Capital”. E o repórter: “Bravo. Já pensou V. Exª no capital para a mudança?”

Piadas à parte, a troca se deu. Simultaneamente, o Brasil ampliaria seu parque industrial, rasgaria a terra virgem com estradas como a Belém-Brasília e a Brasília-Acre, Furnas seria construída. Juscelino pode ser, de todo modo, criticado por deslizes cometidos em seu governo: empresas superfaturaram seus serviços - e, mais grave, a polícia nem sempre agiu com delicadeza no trato com os operários.

O ideal hoje deve ser o de reeditarmos a odisséia que o Governo JK soube promover, agora sob padrões democráticos mais ri-



Miquéias Paz
PC do B

gorosos e firmes. Brasília já não é apenas a capital administrativa, mas esboça o seu perfil econômico e deve operar como pólo receptor e irradiador para o Entorno em diversos planos, inclusive o cultural.

Lúcio Costa, parceiro de Oscar Niemeyer na concepção da nova capital, afirma essa possibilidade com palavras manuscritas em 1987. Ele diz: “Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído”.

Nós, modestamente, também.